

**ETENE - Empresa Transmissora de  
Energia do Nordeste S.A.**

Demonstrações Financeiras acompanhadas do  
Relatório do Auditor Independente.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

## **ETENE - Empresa Transmissora de Energia do Nordeste S.A.**

### **Índice**

	<b>Página</b>
Relatório da Administração .....	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras .....	4
Demonstrações financeiras .....	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras .....	11

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Srs. Acionistas,

Submetemos para apreciação às Demonstrações financeiras da ETENE – Empresa Transmissora de Energia do Nordeste S.A. (“Etene” ou “Companhia”), com Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A ETENE registrou em 31 de dezembro de 2023 resultado líquido de R\$ 16.800.

**Histórico.** A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado em 17/05/2017 e tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção de Linha de Transmissão de Energia Elétrica decorrente do Contrato de Concessão nº 34/2017-ANEEL do Lote 14 do Leilão 05/2016 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, suas respectivas instalações componentes do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica de Rede Básica e Sistema Interligado e suas ampliações.

A Licença de Operação (LO) nº 1602/2021 foi expedida em 05/01/2021 e em 13/01/2021 iniciamos as operações, de acordo com o Termo de Liberação Definitivo para operação integrada ao SIN sem pendências (TLDONS/21/1/2021).

**Desempenho Econômico-Financeiro.** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, às Orientações e às Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 03 na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia adotou ainda todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pelo CFC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Composição Acionária.** O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 30.699, representado por 30.699.123 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada, na proporção de participação de cada acionista, sendo 37,5% pertencente a FM Rodrigues & Cia. Ltda, 37,5% a Hersa Engenharia e Serviços Ltda, 20% pertencente a Sollo Energia S/A e 5,0% a Construteckma Engenharia Ltda. Em 31/12/2023 a Companhia apresentava em seu patrimônio líquido o montante de R\$ 74.174.

**Auditores Independentes.** Em conformidade com o disposto na Instrução CVM 381, de 14 de janeiro de 2011, a Companhia declara a contratação da Berkan Auditores Independentes para a prestação de

serviços de auditoria externa em suas demonstrações financeiras, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador ANEEL.

**Agradecimentos.** Agradecemos a atenção dispensada pelos acionistas e ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

### ***A ADMINISTRAÇÃO***

Flavio Beloto Gonçalves  
Diretor

\*\*\*\*\*

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**ETENE – Empresa Transmissora de Energia do Nordeste S.A.**  
São Paulo - SP

### Opinião

---

Examinamos as demonstrações financeiras da **ETENE – Empresa Transmissora de Energia do Nordeste S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ETENE – Empresa Transmissora de Energia do Nordeste S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre a demonstração financeira não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria da demonstração financeira, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com a demonstração financeira ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Diretoria e do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

---

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles

internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pelo Conselho de Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Blumenau (SC), 21 de março de 2024.

Berkan Auditores Independentes S.S.  
CRC SC-009075/O-7

---

Tatiane Schmitz  
Sócia Responsável Técnica  
Contadora CRC SC nº 038070/O-0

## ETENE - Empresa Transmissora de Energia do Nordeste S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022	Passivo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.587	3.500	Fornecedores		75	114
Concessionárias e permissionárias	6	2.293	1.931	Empréstimos e financiamentos	9	2.812	2.762
Ativo de contrato	7	16.581	15.953	Obrigações sociais e trabalhistas		33	32
Outros créditos		321	91	Impostos correntes a pagar		416	389
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>22.782</b>	<b>21.475</b>	Dividendos mínimos obrigatórios	8.a-12.c	3.990	5.931
<b>Ativo não circulante</b>				Arrendamento a pagar		198	109
Aplicações financeiras	5	1.484	1.609	Provisões pré-operacionais	10	261	308
Ativo de contrato	7	129.466	125.632	Outras contas a pagar		207	133
Direito de uso		111	217	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>7.992</b>	<b>9.778</b>
Imobilizado		73	64	<b>Passivo não circulante</b>			
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>131.134</b>	<b>127.522</b>	Empréstimos e financiamentos	9	39.133	41.205
				Provisões pré-operacionais	10	235	390
				Provisões para contingências	11	67	208
				Arrendamento a pagar		5	123
				Dividendos adicionais a distribuir	8.a-12.c	22.481	17.000
				Tributos diferidos	16.a	9.829	9.529
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>71.750</b>	<b>68.455</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	12.a	30.699	30.699
				Reserva de lucros	12.b	43.475	40.065
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>74.174</b>	<b>70.764</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>153.916</b>	<b>148.997</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>153.916</b>	<b>148.997</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## ETENE - Empresa Transmissora de Energia do Nordeste S.A.

### Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)*

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Receita operacional líquida	14	23.798	22.097
Custos de operação e manutenção	17	<u>(3.064)</u>	<u>(3.051)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b><u>20.734</u></b>	<b><u>19.046</u></b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>			
Remuneração do pessoal		(176)	(161)
Serviços de terceiros		(527)	(498)
Outras receitas e despesas operacionais		<u>(26)</u>	<u>(19)</u>
<b>Total das despesas gerais e administrativas</b>		<b><u>(729)</u></b>	<b><u>(678)</u></b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos</b>		<b><u>20.005</u></b>	<b><u>18.368</u></b>
Receitas financeiras		454	411
Despesas financeiras		<u>(2.760)</u>	<u>(4.745)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	15	<b><u>(2.306)</u></b>	<b><u>(4.334)</u></b>
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b><u>17.699</u></b>	<b><u>14.034</u></b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	16.c	(762)	(694)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.c	<u>(137)</u>	<u>(133)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>16.800</u></b>	<b><u>13.207</u></b>
<b>Resultado por ação - em reais</b>	13	<b>0,5472</b>	<b>0,4302</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **ETENE - Empresa Transmissora de Energia do Nordeste S.A.**

### **Demonstrações do resultado abrangente**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

*(Em milhares de Reais)*

---

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Lucro líquido do exercício	<u>16.800</u>	<u>13.207</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b><u><u>16.800</u></u></b>	<b><u><u>13.207</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## ETENE - Empresa Transmissora de Energia do Nordeste S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	Reservas			Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)</b>		<b>30.699</b>	<b>840</b>	<b>46.155</b>	<b>-</b>	<b>77.694</b>
Dividendos adicionais a distribuir		-	-	(17.000)	-	(17.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	13.207	13.207
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal		-	660	-	(660)	-
Dividendo mínimo obrigatório por ação		-	-	-	(3.137)	(3.137)
Constituição reserva de retenção de lucros		-	-	9.410	(9.410)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	12	<b>30.699</b>	<b>1.500</b>	<b>38.565</b>	<b>-</b>	<b>70.764</b>
Dividendos adicionais a distribuir		-	-	(9.400)	-	(9.400)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	16.800	16.800
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal		-	840	-	(840)	-
Dividendo mínimo obrigatório por ação		-	-	-	(3.990)	(3.990)
Constituição reserva de retenção de lucros		-	-	11.970	(11.970)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	12	<b>30.699</b>	<b>2.340</b>	<b>41.135</b>	<b>-</b>	<b>74.174</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# ETENE - Empresa Transmissora de Energia do Nordeste S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
<b>Fluxo de caixa de atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		16.800	13.207
Ajustes em:			
PIS e COFINS Diferidos	16.b	163	158
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.c	137	133
Remuneração do ativo de contrato	7	(21.762)	(20.398)
Juros sobre empréstimos	9.a	2.657	3.488
Depreciação		14	7
Amortização direito de uso		106	101
Juros direito de uso		15	22
Provisão para contingências		-	208
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>			
Ativo de contrato	7	17.300	16.075
Concessionárias e permissionárias		(362)	(212)
Outros créditos e outros ativos		(230)	158
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores		(241)	(892)
Impostos correntes a pagar		682	577
Obrigações sociais e trabalhistas		1	(6)
Outras contas a pagar		(67)	(70)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(655)	(540)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>14.558</b>	<b>12.016</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aplicações financeiras		125	(131)
Direito de uso		-	(318)
Aquisição de imobilizado		(23)	(42)
<b>Caixa líquido gerado/aplicado pelas atividades de investimento</b>		<b>102</b>	<b>(491)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de dividendos	12.c	(9.850)	(4.800)
Passivo de arrendamento		(44)	210
Pagamento de empréstimos - principal	9.a	(1.911)	(1.843)
Pagamento de empréstimos - juros	9.a	(2.768)	(4.072)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(14.573)</b>	<b>(10.505)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>87</b>	<b>1.020</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	3.500	2.480
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	3.587	3.500
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>87</b>	<b>1.020</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras** *(Em milhares de Reais)*

### **1 Informações gerais**

#### **1.1 Contexto operacional**

A ETENE – Empresa Transmissora de Energia do Nordeste S.A. (“Companhia”), foi constituída em 17 de maio de 2017 sob a forma de sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção de Linha de Transmissão de Energia Elétrica decorrente do Contrato de Concessão do Lote 14 do Leilão 05/2016 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, suas respectivas instalações componentes do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica de Rede Básica e Sistema Interligado e suas ampliações.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção de linhas de transmissão localizadas nos Estados de Alagoas e Sergipe.

#### **1.2 Da concessão**

No dia 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 034/2017 - Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, que se encontram em operação e estão distribuídas em áreas dos Estados de Alagoas e Sergipe:

- (i) LT 230 kV CS Nossa Senhora do Socorro - Penedo.
- (ii) Entradas de linhas, interligação de barramentos, equipamento de compensação reativa, conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As instalações entraram em operação comercial em 13 de janeiro de 2021 em conformidade com a TLDONS/21/1/2021 emitida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a última Resolução Homologatória nº 3.216/2023, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2023-2024, é de R\$ 20.844 (R\$ 20.055 ciclo 2022-2023), incluindo os tributos reembolsáveis PIS/COFINS. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão. A Companhia adota como procedimento contábil o reconhecimento dos impactos de reajuste tarifário quando eles são homologados pela Resolução emitida pelo poder concedente.

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

**Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)** - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

**Pesquisa & Desenvolvimento do Setor Elétrico (P&D)** - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

A transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto deste contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas, tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõe os arts. 6º e 11º da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

## 2 Base de preparação

### 2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 31 de dezembro de 2023, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando.

## **2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 19 de março de 2024.

## **2.3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.5 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

### **(i) Contabilização de contratos de concessão**

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

### **(ii) Reconhecimento do ativo de contrato**

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas do contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

(iii) **Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato**

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. A taxa de desconto utilizada pela Companhia é de 15,21% a.a.

### 3 Principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras:

a. **Receita operacional**

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra.

A margem de construção é auferida pela proporção do montante previsto de recebimento da RAP para remuneração do capital e obrigação de construção em relação ao CAPEX do Projeto, ambos definidos nos respectivos planos de negócios. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. A margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.

Receita de remuneração ativo de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

**b. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(i) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

*Custo amortizado*

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Caixa e bancos”, “Concessionárias e permissionárias” e “Outros créditos”.

*Valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as: “Aplicações financeiras”.

**(ii) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam “Outras contas a pagar”, “Fornecedores”, “Empréstimos e financiamentos” e “Arrendamentos a pagar”.

**c. Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

**d. Concessionárias e permissionárias**

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede básica (RBL).

**e. Ativo de contrato**

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será

requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

#### **f. Impostos e contribuições**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda – base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

#### **g. Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)**

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

**h. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

**i. Resultado por ação**

O resultado por ação, é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia.

**j. Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”)**

A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de recursos financeiros.

**3.1 Normas e interpretações novas e revisadas**

**Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2023**

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board - IASB*) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

**Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis**

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações ao CPC 03/IAS 7	Demonstrações dos fluxos de caixa	01/01/2024
Alterações ao CPC 32/IAS 12	Tributos sobre o lucro	01/01/2024
Alterações ao CPC 06/ IFRS 16	Contabilização de leaseback	01/01/2024
Alterações ao CPC 40/ IAS 7 / IFRS 7	Divulgação de informações sobre acordos financeiros	01/01/2024

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	4	4
Aplicações financeiras liquidez imediata	3.583	3.496
<b>Total</b>	<b>3.587</b>	<b>3.500</b>

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	31/12/2023	31/12/2022
Banco do Brasil	Aplicação automática RF	11	15
Banco do Nordeste	FI RF	58	37
Banco do Nordeste	CDB DI	3.514	3.444
<b>Total</b>		<b>3.583</b>	<b>3.496</b>

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se principalmente a fundos de renda fixa, com rentabilidade entre 94% e 97% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 18.

#### 5 Aplicações financeiras vinculadas (Caixa restrito)

Refere-se à aplicação/conta reserva restrita para garantia do contrato de financiamento firmado com o Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”). O Fundo de liquidez corresponderá, pelo menos a 3,17% do saldo devedor. Possíveis excessos sobre o montante avençado, inclusive daqueles decorrentes dos rendimentos creditados em função das aplicações financeiras realizadas, se integrarão ao referido fundo e poderão ser transferidos para a conta de livre movimentação do Emitente/Creditado, mediante

solicitação formal e em periodicidade mínima de 6 (seis) meses. As principais informações estão descritas a seguir:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
Banco do Nordeste (*)	PLUS FIC FI RF	98,75% CDI	75	74
Banco do Nordeste	PLUS FIC FI RF	98,75% CDI	1.409	1.535
			<u>1.484</u>	<u>1.609</u>

(\*) Em atendimento ao 1º aditivo ao contrato de financiamento, a Companhia criou a conta reserva de O&M em separado da conta reserva de fundo de liquidez.

## 6 Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	2.076	1.756
Créditos a receber – CCEE	217	175
<b>Total</b>	<u>2.293</u>	<u>1.931</u>

Nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas no contas a receber.

## 7 Ativo de contrato

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte composição:

	Saldo em 31/12/2021	Atualização/ remuneração	Amortização	Saldo em 31/12/2022
		(+)	(-)	
<b>Ativo de contrato</b>	<u>137.262</u>	<u>20.398</u>	<u>(16.075)</u>	<u>141.585</u>
Circulante	14.871			15.953
Não circulante	122.391			125.632
	Saldo em 31/12/2022	Atualização/ remuneração	Amortização	Saldo em 31/12/2023
		(+)	(-)	
<b>Ativo de contrato</b>	<u>141.585</u>	<u>21.762</u>	<u>(17.300)</u>	<u>146.047</u>
Circulante	15.953			16.581
Não circulante	125.632			129.466

Quando são homologados os novos valores de receita para o próximo ciclo, os montantes são reconhecidos e remensurados através de fluxos financeiros de longo prazo projetados dentro das

melhores estimativas e trazidos a valor presente. A REH nº 3.216/2023 homologou a receita anual permitia para o ciclo 2023/2024 com aumento de 3,93% (Nota 1.2).

## 8 Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, administradores, conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos reportados e seus efeitos estão descritos a seguir:

### a. Dividendos a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
FM Rodrigues	9.927	8.599
Hersa Engenharia	9.927	8.599
Construteckma Engenharia	1.323	1.147
Sollo Energia	5.294	4.586
<b>Total</b>	<b>26.471</b>	<b>22.931</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.990</b>	<b>5.931</b>
<b>Não circulante</b>	<b>22.481</b>	<b>17.000</b>

## 9 Empréstimos e financiamentos

A Companhia celebrou em 16 de outubro de 2018 o contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S/A com um crédito no montante de R\$ 56.792 para ser utilizado na construção da linha de transmissão de energia elétrica objeto da concessão mencionada na nota explicativa nº 1.2. Em 2019 foi liberado um montante de R\$ 46.215 ocorrendo a supressão automática do saldo. Sobre a dívida incidirá a TFC – Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais apurada mensalmente, pro rata dia, calculada e capitalizada no dia 15 de cada mês de acordo com fórmula determinada em contrato. Para cálculo dos Juros Básicos Fixos (JBF) a utilização do Fator de Localização (FL), no formato do inciso V do Art. 1º-A da Lei 10.177/200: (i) Taxa de 2,2311% a.a. sobre o valor de R\$ 5.925 – FL: Trecho Nossa Senhora do Socorro, (ii) Taxa de 1,8255% a.a. sobre o valor de R\$ 40.290 – FL: Outros, além da atualização monetária baseada na variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado pelo IBGE.

O empréstimo será amortizado em 216 parcelas mensais a partir de 15 de dezembro de 2020 e terminando em 15 de novembro de 2038.

### a. Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Banco do Nordeste	41.945	43.967
Circulante	2.812	2.762
Não circulante	39.133	41.205

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>46.394</b>
Provisões de juros	3.488
Juros pagos	(4.072)
Amortização de principal	(1.843)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>43.967</b>
Provisões de juros	2.657
Juros pagos	(2.768)
Amortização de principal	(1.911)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>41.945</b>

**b. Cronograma de pagamento não circulante**

2025	2.812
2026	2.812
2027	2.812
2028 a 2038	30.697
<b>Total</b>	<b>39.133</b>

**c. Garantias**

A beneficiária cedeu fiduciariamente ao Banco do Nordeste, em caráter irrevogável e irretratável o fundo de liquidez em conta reserva, conforme divulgado na nota explicativa nº 5. A Companhia apresentou obrigatoriamente carta de fiança bancária, a cada liberação de crédito, em favor ao Banco do Nordeste com a garantia de crédito de até 100% do saldo devedor. Em 20 de setembro de 2022 a Companhia celebrou o 1º aditivo de contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste, com a finalidade de substituir a garantia de fiança bancária, pelas garantias de Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios, Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes da Concessão/Autorização, Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Fundo de Liquidez em Conta Reserva de O&M. E em 24 de outubro de 2022, o Banco do Nordeste emitiu o termo de exoneração de fiança, dando plena e geral quitação às obrigações assumidas pelo Banco do Brasil. Em caso de inadimplência, os acionistas serão responsáveis pela quitação do saldo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia está em conformidade com as garantidas assumidas.

**10 Provisões pré-operacionais**

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	261	308
Não circulante	235	390
<b>Total</b>	<b>496</b>	<b>698</b>

Valores já previstos para finalização da obra e atendimento das condicionantes do contrato de concessão, não realizados até o momento da unitização. Os valores são baixados à medida que os gastos se realizam pela aquisição dos sobressalentes e prestação dos serviços.

**11 Provisões para contingências**

A Companhia está envolvida em processos cíveis e ambientais na esfera judicial, conforme informações abaixo:

Processos prováveis: Composto por um processo de instituição de servidão de passagem.

	31/12/2023	31/12/2022
Cível	67	208
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>208</b>

Movimentação dos processos:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	208	-
Adição	-	208
Utilização	(141)	-
<b>Saldo final</b>	<b>67</b>	<b>208</b>

Processo possíveis: Composto por processo de condicionantes ambientais e processos de instituição de servidão de passagem.

	31/12/2023	31/12/2022
Cível (i)	43	-
Ambiental	636	607
<b>Total</b>	<b>679</b>	<b>607</b>

(i) Há em andamento outro processo de instituição de servidão de passagem que se encontra em fase de intimação de perito, até o momento o valor da obrigação não pôde ser mensurado com suficiente confiabilidade.

## 12 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 30.699, representado por 30.699.123 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
FM Rodrigues e Cia	11.512.170	37,50%	11.512
Hersa Engenharia e Serviços	11.512.170	37,50%	11.512
Construteckma Engenharia	1.534.958	5,00%	1.535
Sollo Energia	6.139.825	20,00%	6.140
<b>Total</b>	<b>30.699.123</b>	<b>100,00%</b>	<b>30.699</b>

### b. Reserva de lucros

A reserva de lucros está composta por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definido no estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária - AGO.

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Lucro líquido do exercício	16.800	13.207
Reserva legal (5%)	(840)	(660)
<b>Lucro líquido do exercício ajustado</b>	<b>15.960</b>	<b>12.547</b>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	3.990	3.137
Reserva de retenção de lucros	11.970	9.410

### c. Dividendos

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 9.850, referente a dividendos de exercícios anteriores.

A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

<b>Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>22.931</b>
Pagamento de dividendos	(9.850)
Dividendos mínimos obrigatórios 2023	3.990
Dividendos adicionais a distribuir	9.400
<b>Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>26.471</b>

## 13 Resultado por ação

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Lucro líquido do exercício	16.800	13.207
Quantidade de ações ordinárias ponderadas	30.699	30.699
<b>Resultado por ação ordinária ponderada</b>	<b>0,5472</b>	<b>0,4302</b>

Não há efeitos de diluição no cálculo do resultado por ação.

## 14 Receita operacional líquida

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Receita de remuneração do ativo de contrato	21.762	20.398
Receita de O&M	3.219	2.778
<b>Total de receita operacional bruta</b>	<b>24.981</b>	<b>23.176</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>		
(-) PIS e COFINS corrente	(749)	(688)
(-) PIS e COFINS diferido	(163)	(158)
(-) Encargos regulatórios	(271)	(233)
<b>Total de deduções da receita</b>	<b>(1.183)</b>	<b>(1.079)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>23.798</b>	<b>22.097</b>

## 15 Resultado Financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	453	403
Outras receitas financeiras	1	8
	<u>454</u>	<u>411</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros s/empréstimos e financiamentos	(2.657)	(3.488)
Atualizações monetárias	(17)	(9)
Outras despesas financeiras	(86)	(1.248)
	<u>(2.760)</u>	<u>(4.745)</u>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<u>(2.306)</u>	<u>(4.334)</u>

## 16 Impostos e contribuições

### a. Tributos diferidos

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
PIS	949	920
COFINS	4.382	4.248
IRPJ	2.921	2.832
CSLL	1.577	1.529
	<u>9.829</u>	<u>9.529</u>

### b. PIS e COFINS - Deduções da receita

	31/12/2023	31/12/2022
Receita anual permitida (RAP)	19.307	17.916
Outras receitas (i)	1.211	937
Base de cálculo	20.518	18.853
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
<b>Imposto corrente no resultado</b>	<u>(749)</u>	<u>(688)</u>
Receita de remuneração do ativo de contrato	21.762	20.398
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Valores de PIS e COFINS	(794)	(744)
Baixa de PIS/COFINS diferidos	631	586
<b>Imposto diferido no resultado</b>	<u>(163)</u>	<u>(158)</u>
<b>PIS e COFINS dedução da receita</b>	<u>(912)</u>	<u>(846)</u>

(i) Receita operacional referente aos valores não arrecadados em função dos descontos incidentes sobre as tarifas - REN n° 1.031/2022.

### c. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Anual Permitida (RAP)	19.307	19.307	17.916	17.916
Outras receitas	1.211	1.211	937	937
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	1.641	2.462	1.508	2.262
Receitas financeiras	454	454	405	405
Base de cálculo	2.095	2.916	1.913	2.667
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(314)	(262)	(287)	(240)
Adicional de 10% - IRPJ	(186)	-	(167)	-
<b>Imposto corrente no resultado</b>	<b>(500)</b>	<b>(262)</b>	<b>(454)</b>	<b>(240)</b>
Receita de remuneração do ativo de contrato e de construção	21.762	21.762	20.398	20.398
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base presumida	1.741	2.611	1.632	2.448
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(435)	(235)	(408)	(220)
Baixa de IRPJ/CSLL diferidos	346	187	321	174
<b>Imposto diferido no resultado</b>	<b>(89)</b>	<b>(48)</b>	<b>(87)</b>	<b>(46)</b>
<b>Total do imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<b>(589)</b>	<b>(310)</b>	<b>(541)</b>	<b>(286)</b>

## 17 Custos

### Custos de operação e manutenção

Os custos representam, essencialmente, os valores incorridos referentes ao Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM) firmados, bem como os gastos com serviços auxiliares de engenharia e vigilância.

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(142)	(102)
Material	(352)	(201)
Serviços de terceiros	(1.587)	(1.591)
Arrendamentos e aluguéis	(454)	(328)
Seguros	(145)	(122)
Provisão para contingências (servidões)	-	(208)
Outros custos de operação e manutenção	(384)	(499)
<b>Total do custo de operação e manutenção</b>	<b>(3.064)</b>	<b>(3.051)</b>

## 18 Instrumentos financeiros

### a. Classificação dos instrumentos financeiros

#### Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)

- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Ativos financeiros	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Nível	31/12/2023 Valor contábil / Valor justo	31/12/2022 Valor contábil / Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	2	3.587	3.500
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	2	1.484	1.609
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	2	2.293	1.931
Outros créditos (*)	Custo amortizado	2	297	62
			<b>7.661</b>	<b>7.102</b>

(\*) Foram excluídos os valores de despesas antecipadas R\$24 em 2023 e R\$29 em 2022.

<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	41.945	43.967
Fornecedores	Custo amortizado	2	75	114
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	2	203	232
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2	207	133
			<b>42.430</b>	<b>44.446</b>

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2023, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Os passivos financeiros são classificados integralmente como mensurados ao custo amortizado.

## **b. Gerenciamento de riscos**

A Companhia está exposta aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco operacional.

### **(i) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Em relação ao contas a receber, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, está não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

### **(ii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro

ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

**(iii) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

*Riscos relacionados às aplicações financeiras*

A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco.

*Riscos relacionados à taxa de juros*

Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (IPCA).

**(iv) Risco operacional**

**Risco regulatório**

Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

**Risco de interrupção do serviço**

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia está sujeita à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

**Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas**

Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

**Risco técnico**

Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o

desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

**c. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros**

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI e da IPCA.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2023, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e IPCA, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no *site* do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		13,03	9,77	6,52
Aplicações financeiras		5.067	660	495	330

(\*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Aumento de 25%	Aumento de 50%
IPCA (%)	Aumento do IPCA		4,72	5,90	7,08
Empréstimos e financiamentos		41.945	1.980	2.475	2.970

(\*) Conforme dados divulgados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

## 19 Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Valor Segurado	Valor da Garantia	Vigência
Risco operacional	90.938	27.900	10/02/2023 a 10/02/2024

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

## 20 Questões ambientais

As condicionantes definidas no licenciamento ambiental expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia. Abaixo resumo das licenças expedidas para o trecho LT 230 kV Nossa Senhora do Socorro Penedo C2:

Órgão Emissor	Tipo de Licença	Nº da Licença	Emissão	Validade
IBAMA	Licença de Instalação (LI) 3. Ret.	1285/2019	25/11/2019	18/04/2025
IBAMA	Licença de Operação (LO)	1602/2021	05/01/2021	05/01/2031

## 21 Eventos subsequentes

A Acionista Construteckma Engenharia Ltda, mediante aprovação dos demais acionistas desta Companhia, atualmente encontra-se em trâmites para sua reorganização societária, ato este que contempla a transferência das ações detidas nesta Companhia de sua propriedade para a empresa FB Participações Ltda., por meio de instrumento de cisão parcial. A FB Participações Ltda possui o mesmo quadro societário que a Construteckma Engenharia. Considerando o percentual da atual participação da Construteckma (5%), tal transferência, quando efetivada à FB Participações, não irá alterar o controle societário desta Companhia.

\* \* \*

---

Marcelo Souza de Camargo Rodrigues  
Diretor

---

Flavio Beloto Gonçalves  
Diretor

---

Leandro Borges Jordão  
Contador – CRC/GO 022059/O